

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

EDITAL PMI Nº 002/2022

TERMO DE RETIFICAÇÃO

O Presidente da Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, no uso de atribuições legais, pela existência de razões de interesse público, assim como pela necessidade de inclusão de disposições, **CONSOLIDA** os termos do Procedimento de Manifestação de Interesse em questão, com esta **Retificação**.

1 - ALTERAÇÃO DO EDITAL PMI Nº 002/2022

1.1. O preâmbulo do Edital passa a ter a seguinte redação:

Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) por demanda induzida, para seleção de municípios, no âmbito da Unidade de Gestão Hídrica Turvo e dos Bois, da Unidade de Gestão Hídrica Corumbá, Veríssimo e São Marcos, Unidade de Gestão Hídrica do Rio Meia Ponte e Unidade de Gestão Hídrica dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba, pertencentes a área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, cujo interesse seja a elaboração de projeto de recuperação ambiental de área degradada (PRAD) por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão).

1.2. A introdução do Edital passa a ter a seguinte redação:

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBH Paranaíba), por meio da Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas – ABHA Gestão de Águas, Entidade Delegatária e Equiparada as funções de Agência de Água, considerando o Contrato de Gestão nº 035/2020/ANA e seus aditivos firmado com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); considerando a Deliberação CBH Paranaíba nº 115, de 19 de agosto de 2020 que dispõe sobre mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, propõe as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e a Deliberação CBH Paranaíba nº 116, de 25 de novembro de 2020 que aprova o Plano de Aplicação Plurianual de 2021 a 2025 dos recursos originários da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, torna público o Edital de Demanda Induzida para seleção de municípios no âmbito da Unidade de Gestão Hídrica Turvo e dos Bois, da Unidade de Gestão Hídrica Corumbá, Veríssimo e São Marcos, Unidade de Gestão Hídrica do Rio Meia Ponte e



Unidade de Gestão Hídrica dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba, pertencentes a área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, para que formalizem junto à ABHA, conforme cronograma, o interesse na modalidade não reembolsável, para elaboração de projetos, cuja finalidade seja a recuperação ambiental de área degradada por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), visando à melhoria, qualitativa e ou quantitativa, dos recursos hídricos, de acordo com programas estabelecidos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (PRH Paranaíba).

1.3. O item 2.2. passa a ter a seguinte redação:

2.2. Promover a elaboração de projetos, demandados por municípios, no âmbito da Unidade de Gestão Hídrica Turvo e dos Bois, da Unidade de Gestão Hídrica Corumbá, Veríssimo e São Marcos, Unidade de Gestão Hídrica do Rio Meia Ponte e Unidade de Gestão Hídrica dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba, pertencentes a área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, que visem a desativação e a recuperação de áreas degradadas por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixões), promovendo impactos positivos, qualitativos e ou quantitativos, relacionados aos recursos hídricos, ecossistemas aquáticos e uso e ocupação do solo, bem como a destinação e disposição final adequada de resíduos sólidos.

1.4. O item 3.2. passa a ter a seguinte redação:

3.2. Podem habilitar-se à obtenção de recursos na modalidade não-reembolsável:

- I. As pessoas jurídicas de direito público da administração direta e indireta dos municípios, que possuem suas sedes na área de abrangência da Unidade de Gestão Hídrica Turvo e dos Bois, da Unidade de Gestão Hídrica Corumbá, Veríssimo e São Marcos, Unidade de Gestão Hídrica do Rio Meia Ponte e Unidade de Gestão Hídrica dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba.

1.5. O item 8.2. passa a ter a seguinte redação:



8.2. Toda documentação exigida para seleção dos municípios deverá ser encaminhada em meio digital, para o e-mail: abha@agenciaabha.com.br, até as 23h59min do dia **04 de agosto de 2022**.

1.6. O item 8.7. passa a ter a seguinte redação:

8.7. O prazo para apresentação da Documentação de Seleção será encerrado, impreterivelmente, em **04 de agosto de 2022**.

1.7. O item 9.2. passa a ter a seguinte redação:

9.2. Para isso será utilizada a Ficha de Dados Básicos do Município (ANEXO V). Cada critério de pontuação adotado tem metodologia de análise própria, conforme sua respectiva descrição. Os critérios C1, C3, **C7 e C9** tem peso 2 devido à sua importância. Os critérios C2, **C4, C5, C6 e C8** tem peso 1. A nota será calculada pela fórmula apresentada a seguir:

$$H = (C1 \times 2) + (C2 \times 1) + (C3 \times 2) + (C4 \times 1) + (C5 \times 1) + (C6 \times 1) + (C7 \times 2) + (C8 \times 1) + (C9 \times 2)$$

1.8. O item 9.3. passa a ter a seguinte redação:

9.3. A tabela apresentada a seguir justifica tecnicamente cada critério escolhido para hierarquização dos municípios.

Item	Hierarquização – H – Critérios	Pontos/Peso
C1	Município possui lixão desativado para ser recuperado	Máximo 10 / Peso 2
	Se o município possuir lixão que já está desativado, terá prioridade e será atribuída pontuação máxima com peso 2. O objetivo deste critério é priorizar a elaboração de PRAD em lixões que já não são mais utilizados, uma vez que as obras de recuperação podem se iniciar imediatamente após a conclusão da elaboração do PRAD. Pode indicar que o município já adotou sistema de destinação final de resíduos sólidos ambientalmente adequada. Para os municípios que ainda possuem lixão em uso, a pontuação atribuída será 0.	
C2	Município possui lixão em uso para ser recuperado	

Item	Hierarquização – H – Critérios	Pontos/Peso
	Se o município possuir lixão que ainda está em uso, será atribuída pontuação máxima com peso 1. O objetivo deste critério é indicar que o PRAD pode ser elaborado para lixões que ainda são utilizados, no entanto, as obras de recuperação não poderão ser iniciadas enquanto sua desativação não for providenciada. Indica que o município ainda não adotou sistema de destinação final de resíduos sólidos ambientalmente adequada. Para os municípios que possuem lixão desativado, a pontuação atribuída será 0.	Máximo 10 / Peso 1
C3	Município possui Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) elaborado	Máximo 10 / Peso 2
	Se o município possuir PGRS elaborado, terá prioridade e será atribuída pontuação máxima com peso 2. O objetivo deste critério é priorizar a elaboração de PRAD de lixões em municípios que já possuem o PGRS elaborado, pois esse plano contempla ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos, para que apenas os rejeitos sejam encaminhados à disposição ambientalmente adequada, além disso, ter o plano é condição necessária para que os municípios possam ter acesso aos recursos da União destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos. Caso o PGRS do município esteja em elaboração, a pontuação atribuída será 5 com peso 2. Caso o município não tenha PGRS elaborado, a pontuação atribuída será 0.	
C4	População do município	Máximo 10 / Peso1
	Número de habitantes do município, de acordo com o censo IBGE 2010. O município com menor contingente populacional entre os inscritos terá pontuação máxima e as demais notas serão calculadas de forma inversamente proporcional. Justifica-se a utilização deste critério, pois os municípios de menor população, são aqueles que apresentam maiores dificuldades e falta de condições técnicas e financeiras para elaboração de projetos desta natureza.	
C5	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Máximo 10 / Peso 1
	O IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões de desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Os índices foram extraídos do Atlas Brasil 2013, desenvolvido pelo PNUD/Fundação João Pinheiro/IPEA. De posse de todos os municípios selecionados, será atribuída pontuação máxima àquele município que apresentar menor	

Item	Hierarquização – H – Critérios	Pontos/Peso
	valor do IDHM e para os demais, a pontuação será obtida de forma inversamente proporcional. Justifica-se a utilização deste critério, visando melhorar os indicadores de desenvolvimento humano do município.	
C6	População atendida	Máximo 10 / Peso 1
	Relação entre a população beneficiada com a elaboração do projeto e consequentemente com a recuperação ambiental de área degradada por disposição final de resíduos sólidos a céu aberto (lixão) e a população total do município, expresso em porcentagem. De posse de todos os municípios selecionados, será atribuída pontuação máxima àquele município que apresentar maior relação entre população atendida e a população total do município e para os demais, a pontuação será obtida de forma proporcional. Justifica-se a utilização deste critério, visando a estimulação da gestão adequada e universal dos resíduos sólidos no município.	
C7	Continuidade	Máximo 10 / Peso 2
	Será avaliado, se após a elaboração do PRAD, o município selecionado, apresenta estratégias de continuidade para executar as ações e obras previstas no respectivo projeto. Será atribuída pontuação máxima com peso 2, àquele município que comprovar que possui condições para dar continuidade ao processo. Será atribuída pontuação 5 com peso 2, àquele município que comprovar parcialmente que possui condições para dar continuidade ao processo. Será atribuída pontuação 0, àquele município que não comprovar que possui condições para dar continuidade ao processo. Justifica-se a utilização deste critério, priorizar os municípios que possuem condições técnicas e financeiras para executar as ações e obras apontadas pelo PRAD, ou seja, dar continuidade no processo de desativação e recuperação do lixão.	
C8	Município participa de Consórcio Público	Máximo 10 / Peso 1
	Se o município é integrante de consórcio público, que possua dentre das suas finalidades, a gestão de resíduos sólidos, será atribuída pontuação máxima. Se o município não participar de consórcio público será atribuída pontuação 0. Justifica-se a utilização deste critério, priorizar os municípios que integram consórcios públicos com finalidade de gestão de resíduos sólidos, pois essa é uma solução destinada a aperfeiçoar o planejamento e sua respectiva operacionalização, garantindo maior eficiência, eficácia, efetividade e com menor custo financeiro, frente aos grandes desafios que causam o entrave	

Item	Hierarquização – H – Critérios	Pontos/Peso
	do setor de gestão de resíduos. Também, de acordo com art. 45 da Lei nº 12.305/2010, os consórcios públicos têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.	
C9	Prioridade de implementação	Máximo 5 / Peso 2
	Terá prioridade de elaboração do projeto, o município apontado em situação crítica conforme os dados oficiais de saneamento básico.	

1.9. O item 12. passa a ter a seguinte redação:

12. CRONOGRAMA

Atividade	Responsável	Prazo final
Publicação do edital	ABHA	21 de junho de 2022
Período recursal (recursos e impugnações)	Municípios interessados	28 de julho de 2022
Análise dos recursos e impugnações e divulgação do resultado	ABHA	02 de agosto de 2022
Apresentação dos documentos (Documentação de Seleção)	Municípios interessados	04 de agosto de 2022
Análise da documentação de Seleção	ABHA	16 de agosto de 2022
Publicação de Resultado Preliminar de Seleção	ABHA	16 de agosto de 2022
Período recursal	Municípios interessados	19 de agosto de 2022
Análise dos recursos	ABHA	24 de agosto de 2022
Publicação de Resultado Final de Seleção	ABHA	24 de agosto de 2022
Data limite para apresentação do CADIN	Municípios interessados	02 de setembro de 2022
Fase de hierarquização dos municípios selecionados	ABHA	05 de setembro de 2022
Publicação do Resultado Preliminar de hierarquização	ABHA	05 de setembro de 2022
Período recursal	Municípios interessados	09 de setembro de 2022
Análise dos recursos	ABHA	14 de setembro de 2022
Publicação de Resultado Final Definitivo	ABHA	14 de setembro de 2022

2 - OUTRAS DISPOSIÇÕES

- 2.1.** Ficam inalteradas e ratificadas as demais condições do Procedimento de Manifestação de Interesse Edital PMI Nº 002/2022.
- 2.2.** Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação.

Araguari – MG, 05 de julho de 2022.

ORIGINAL ASSINADO

Thiago Alves do Nascimento
Diretor Presidente

